



PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA  
CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

MAILSON PALMERIM LAMARÃO  
VAGNO DAVID LEAL DE OLIVEIRA

**O TRABALHO INFORMAL NO RESIDENCIAL MACAPABA**

MACAPÁ-AP

2018

MAILSON PALMERIM LAMARÃO  
VAGNO DAVID LEAL DE OLIVEIRA

**O TRABALHO INFORMAL NO RESIDENCIAL MACAPABA**

Artigo Científico apresentado a Universidade Federal do Amapá como requisito parcial para obtenção do título de Licenciatura e Bacharelado em Ciências Sociais, sob orientação do Prof. Dr. Manoel de Jesus de Sousa Pinto.

MACAPÁ-AP

2018

## RESUMO

O presente estudo tem como objetivo apresentar o contexto histórico da criação do Residencial Macapaba, localizado no estado do Amapá, na cidade de Macapá, direcionando as discussões a cerca do trabalho informal realizado nesta localidade por seus moradores, como também as várias atividades econômicas e sua forma de socialização. A partir de pesquisas bibliográficas, documentais e entrevistas foi possível concluir que essas atividades de labor informal visam promover a manutenção econômica familiar gerando uma economia de subsistência independente do sistema formal de emprego e trabalho.

**Palavras-Chave:** Residencial Macapaba. Trabalho informal. Conjunto Habitacional.

## ABSTRACT

This study aims to present the historical context of creation the Macapaba Residential, located in Amapá state, in Macapá city, directing the discussions about the informal work execute in this locality by its residents, besides the various economic activities and their form of socialization. Based on bibliographical research, documentaries and interviews, it was possible to conclude that these informal work activities promote family economic maintenance, generating a subsistence economy independent of the formal system employment and work.

**Key words:** Macapaba Residential. Informal work. Housing.

## **LISTA DE SIGLAS**

AGU - Advocacia Geral da União

ALCMS - Área de Livre Comércio de Macapá e Santana

CGE - Corregedoria Geral do Estado

CLT - Consolidação das Leis de Trabalho

COFINS - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social

FECOMÉRCIO - Federação do Comércio

ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços

ICOMI - Indústria e Comércio de Minério S/A

IPI - Imposto sobre Produtos Industrializados

SIMS - Secretaria de Inclusão e Mobilização Social

MCMV - Minha Casa Minha Vida

OGU - Orçamento Geral da União

PAC - Programa de Aceleração do Crescimento

PIS - Programa de Integração Social

PROAMAPA - Programa de Obras e Ações para Mudar o Amapá

SF - Sistema Informal

SI - Sistema Formal

SENAC - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SEINF - Secretaria de Infraestrutura

SETE - Secretaria de Estado de Trabalho e Empreendedorismo

## **LISTA DE FIGURAS**

Figura 1- Implantação geral do Conjunto Macapaba – fases de execução do projeto.

Figura 2- Implantação geral do Conjunto Macapaba – Projeto urbano.

Figura 3- Casas no bairro Perpetuo Socorro consumidas pelo incêndio.

Figura 4- Alojamento Temporário das vítimas do incêndio do Perpetuo.

Figura 5- Ponto de venda fora da área da Feira Popular.

Figura 6- A audiência reuniu técnicos e comerciantes.

Figura 7- Corredor econômico das vendas.

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>06</b>
<b>2. O CONJUNTO MACAPABA .....</b>	<b>06</b>
<b>2.1 ESTRUTURA .....</b>	<b>07</b>
<b>2.2 HISTÓRICO .....</b>	<b>09</b>
<b>2.3 DE ONDE VIERAM OS MORADORES QUE ALI HABITAM .....</b>	<b>09</b>
<b>3. O TRABALHO INFORMAL NO ESTADO DO AMAPÁ.....</b>	<b>10</b>
<b>3.1 A ZONA DE LIVRE COMÉRCIO DE MACAPÁ E SANTANA, O FLUXO MIGRATORIO E O TRABALHO INFORMAL NA CIDADE DE MACAPÁ....</b>	<b>12</b>
<b>3.2 MERCADO INFORMAL NO CONTEXTO MACAPABA .....</b>	<b>13</b>
<b>3.3 A DINÂMICA DO MERCADO DE TRABALHO NO INTERIOR DO SISTEMA CAPITALISTA .....</b>	<b>15</b>
<b>4. A CERCA DAS PROPOSTAS REFERENTES AO COMÉRCIO .....</b>	<b>17</b>
<b>4.1 EXPERIÊNCIAS DE TRABALHO INFORMAL .....</b>	<b>18</b>
<b>4.2 IDENTIDADE E A SOCIALIZAÇÃO QUE O TRABALHO INFORMAL PROMOVE .....</b>	<b>20</b>
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>21</b>
<b>6. REFERÊNCIAS .....</b>	<b>22</b>
<b>7. APÊNDICE .....</b>	<b>24</b>

## **INTRODUÇÃO**

Este estudo abrange a temática a cerca do trabalho não-formal, dando enfoque aos trabalhadores informais do Residencial Macapaba, descrevendo o contexto histórico através do qual se deu a criação do residencial, permitindo assim uma reflexão sobre as transformações sociais e suas consequências para as relações de trabalho.

Este artigo está dividido em 3 capítulos, sendo que no capítulo 1 é abordado um apanhado histórico sobre a criação do projeto residencial, a estrutura na qual foi desenvolvido, e a quem foi direcionada essa política habitacional. O capítulo 2 trata do trabalho informal em um aspecto mais amplo, posteriormente voltado a detalhar sobre o contexto Macapaba e a dinâmica dos sistemas formal e informal de trabalho. No capítulo 3 são expostas as propostas referentes ao comércio local, as experiências obtidas através da pesquisa de campo e a socialização que o trabalho informal promove.

A partir de levantamentos bibliográficos, pesquisa documental e realização de entrevistas foi possível vislumbrar alguns fatores que influenciam a ação dos trabalhadores informais a exercer tais atividades. Tendo como alicerce para o desenvolvimento dessa pesquisa a obra de Ana Laura Sena - Trabalho Informal nas Ruas e Praças de Belém: Estudo sobre o comércio ambulante de produtos alimentícios, ganhador do prêmio NAEA de Teses e Dissertações.

Deve ser ressaltada a importância dessa pesquisa ao inserir no meio acadêmico a discussão sobre o trabalho informal executado pelos moradores do Macapaba, expondo a existência de várias atividades econômicas em uma realidade periférica dentro do maior projeto residencial do Estado, uma cidade dentro de outra cidade. Assim tentar compreender seus desdobramentos dentro das relações trabalhistas em um determinado nicho social.

## **2 O CONJUNTO MACAPABA**

As características predominantes da política habitacional é a busca da eficácia voltada para a produção em série e em grande escala, na tentativa de solucionar o déficit habitacional, o que é o caso do Residencial Macapaba que é um dos maiores conjuntos residenciais do país. Com a estimativa de mais de 2.148 famílias no Macapaba I e 2.218 famílias no Macapaba II, população superior a vários municípios do Estado.

O Residencial é uma obra do PAC, em parceria com o governo do Estado do Amapá e surgiu como “sonho da casa própria”. Uma promessa de mudar significativamente a vida de

milhares de pessoas que moravam em áreas periféricas ou famílias de baixa renda que pagavam aluguéis em Macapá, sendo o maior investimento já realizado em habitação no estado.

É um enorme desafio trabalhar a gestão patrimonial com famílias que vem de situações de moradia em altíssima precariedade, que é o caso dos beneficiários desse conjunto habitacional. A primeira parte do projeto foi entre em 2014 e a segunda no segundo semestre de 2017, e já podemos observar a propagação de diversos problemas estruturais e sociais.

Quanto a parte populacional que deve ser beneficiada com o programa, sabe-se que o empreendimento habitacional Macapaba, da faixa 1 do “Programa Minha Casa Minha Vida” é destinado às famílias com renda de até R\$ 1.600,00. Todas as famílias foram selecionadas pelo Governo do Estado do Amapá, através da SIMS (Secretaria de Estado e Inclusão e Mobilização Social), órgão gestor da política estadual de assistência social e repassadas a CAIXA que recebe dossiês e cadastros prontos, e os analisam e verificam o respeito aos critérios do Programa.

Então, mais uma vez, a Secretaria de Estado, administrada na época pela primeira dama Cláudia Capiberibe, tinha como público alvo a população em situação de extrema pobreza, vulnerabilidade e risco social. Além de ser a responsável por visitas domiciliares, estudos técnicos, consulta em sistemas de informações de renda, registro de bens e outras informações necessárias para garantir “justiça social”.

O trabalho feito corretamente permitiria as pessoas que realmente necessitem de habitação fossem contempladas, assim como às famílias vitimadas pelo incêndio acontecido em outubro de 2013.

## **2.1 ESTRUTURA**

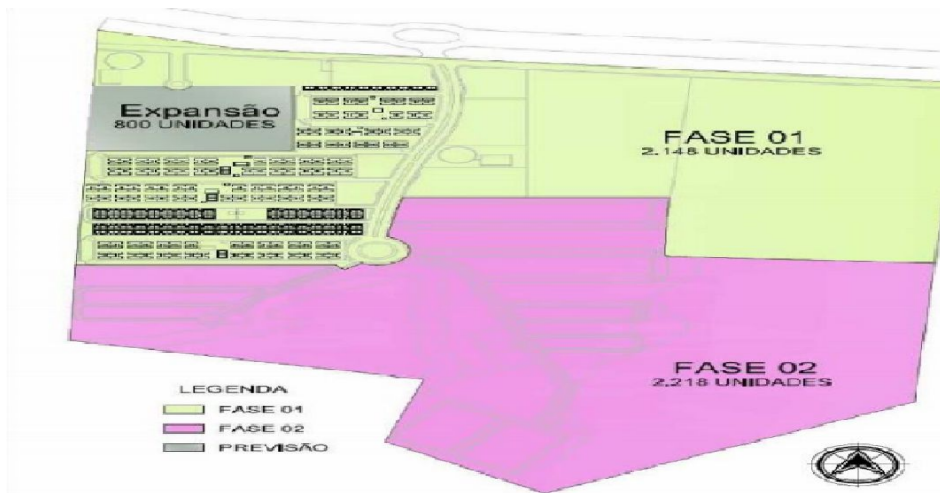
O Conjunto Habitacional Macapaba, concluído na Rodovia Federal BR 210, na Zona norte de Macapá, no Lote nº 103V, gleba AD-04 teve o aporte de investimentos de R\$ 130 milhões, na 1ª fase, recursos do Governo Federal, programa Minha Casa Minha Vida II (MCMV) e com a contrapartida do estado do Amapá, por meio do Programa de Obras e Ações para Mudar o Amapá (PROAMAPÁ), no valor de R\$ 12 milhões.

A proposta possui uma dissociação entre a área escolhida e o planejamento urbano idealizado pelo poder público, coloca em debate, o claro confronto entre a necessidade de construir um maior número possível de habitações formais, e por outro, o descumprimento de



regras claras descritas na legislação como a Lei do Uso do Solo e dos Códigos Ambientais, tal fato, vem conduzindo a política habitacional para um modelo insuportável em todo o país.

Figura 1 – Implantação geral do Conjunto Macapaba – fases de execução do projeto.



Fonte: SEINF/COOHA,(2012).

Conforme a Figura 1, o projeto foi dividido em duas fases, a primeira com 2.148 unidades habitacionais, sendo 1.984 apartamentos e 164 casas. A segunda fase terá um total de 2.218 unidades habitacionais, sendo 2.048 apartamentos e 170 casas térreas. O investimento na 2ª etapa será de mais de R\$ 135 milhões. A contrapartida do Estado é no valor de R\$ 13.306 milhões, com a previsão de expansão que incluirá mais 800 unidades habitacionais.

Figura 2 – Implantação geral do Conjunto Macapaba – Projeto urbano.



Fonte: SEINF/COOHA (2012).

## **2.2 HISTÓRICO**

Em um contexto onde o déficit habitacional brasileiro se concentra majoritariamente na população de baixa e baixíssima renda e em que o crédito habitacional privilegia as populações de maior poder aquisitivo, em 2009 o presidente Luiz Inácio da Silva deu início ao que viria a se tornar o maior programa habitacional nacional com esforços orientados às populações das classes menos abastadas.

O programa Minha Casa Minha Vida em sua primeira fase beneficiou famílias com renda de até três salários mínimos através da meta de construção de 1 milhão de unidades habitacionais.

Para o atendimento dos seus objetivos, recursos foram mobilizados e direcionados à população elegível ao programa de forma que através do financiamento com taxas de juros reduzidas, prazos estendidos e subsídios, essa população tivesse acesso à aquisição da primeira moradia. Os recursos aportados ao Minha Casa Minha Vida foram provenientes do Governo Federal, Orçamento Geral da União (OGU), e do Fundo de Garantia pelo Tempo de Serviço. Por meio da Caixa Econômica Federal o montante disponibilizado chega não somente às famílias como também aos incorporadores que são financiados para a construção das unidades e para a implantação de infraestrutura, quando necessário.

## **2.3 DE ONDE VIERAM OS MORADORES QUE ALI HABITAM?**

Na noite do dia 24 quinta-feira de 2013, 397 famílias foram desabrigadas após o incêndio ocorrido no dia 23 quarta-feira, no Perpétuo Socorro, atingindo mais de 250 casas. O desastre de grande proporção atingiu uma área localizada no final da Av. Pedro Américo.

O corpo de Bombeiros informou que o incêndio se alastrou por 2 quarteirões, chegando próximo ao galpão onde é promovida semanalmente a Feira do Produtor, localizada na Av. Ana Nery. Os desabrigados foram levados para as escolas Mário Andreza, Deuzuite Cavalcante, Edgar Lino, Maestro Miguel, São Benedito e ginásios esportivos.

Para que não se sentissem desamparadas as famílias foram cadastradas em projetos habitacionais do Estado e Município. Elas receberam imóveis nos conjuntos residenciais Mestre Oscar Santos e Macapaba, ambos na Zona Norte da capital.

No momento da iniciativa não houve critérios para a seleção dos contemplados para estes projetos. Os apartamentos no Conjunto Residencial Macapaba, projeto do Estado, foram destinados

às demais 297 famílias desabrigadas. A previsão era de que o empreendimento inaugurasse em dezembro de 2013, segundo o governador da época Camilo Capiberibe.

Figura 3 – Casas no bairro Perpetuo Socorro consumidas pelo incêndio.



Foto:Cassio Albuquerque/G1 (2013)

Figura 4 – Alojamento Temporário das vítimas do incêndio do Perpetuo Socorro



Foto: Cassio Alburque/G1 (2013)

Nota-se que os moradores contemplados com os apartamentos vieram de uma luta árdua com a sorte e que estavam em uma situação complicada dadas as informações referentes à tragédia ocorrida, encaixando-se perfeitamente no perfil do programa.

### **3 O TRABALHO INFORMAL NO ESTADO DO AMAPÁ**

Países desenvolvidos ou centrais são países com grande poder econômico, político e militar. As estruturas econômicas desses países ocorreram de dentro para fora de acordo com

os seus interesses, o desenvolvimento industrial desses países se deu nos séculos XVIII, XIX e começo do século XX (Estados Unidos, Europa Ocidental, Japão, Canadá, Austrália e Nova Zelândia).

Devido à expansão do capitalismo, podemos notar cada vez mais as diferenças econômicas entre os países desenvolvidos e os em desenvolvimento. Então para entender o processo da informalidade nos países desenvolvidos segundo Loutfi (1991, p.163):

O processo de informalidade que atingiu as antigas economias planificadas, a chamada “segunda economia”, floresceu nos países do leste europeu no início da década de 1980; entre os trabalhadores por conta própria, por exemplo, que fazem parte da segunda economia é muito comum a existência de pessoas envolvidas tanto nas atividades econômicas estatais que formam a “primeira economia” como nas ocupações do outro setor.

E Segundo Roberts (1994, P.14).

Na Hungria, um país que era governado por uma economia planificada, a segunda economia segue uma lógica um pouco diferenciada do SI nos países desenvolvidos e nos países em desenvolvimento. As atividades informais sob essas condições tornam-se um meio de ganhar mais competitividade, evitando a regulação, procurando tirar vantagem da ineficiência e da corrupção do antigo comando da economia.

Discorre ainda Roberts (1994, p.14.):

Nos Estados Unidos, o crescimento de empresas baseada nas atividades informais tem sido um reflexo da ausência de seguridade social para a totalidade dos trabalhadores, pois muitos dos desempregados não têm acesso aos benefícios do estado de Bem estar social (Welfare state) sendo os pontos informais de trabalho mais comumente ocupado pelos imigrantes, especialmente os ilegais, que são menos protegidos pela legislação que os trabalhadores americanos.

Nesse sentido podemos entrelaçar as várias mudanças que seguem a chamada segunda economia nos países desenvolvidos, sendo possível entender a questão dessas atividades econômicas como produto de uma falta de oportunidade no mercado formal, dentro da lógica de mercado consumidor e subsistência social que compõem a necessidade desses trabalhadores, dando ênfase no trabalho informal como alternativa própria de sobrevivência no sistema capitalista de consumo.

Quanto que para o Brasil diz Sena, (2002, p.74.):

O governo brasileiro desenvolve várias políticas na área de geração de emprego e renda que, ao promover mudanças no SF, repercutem indiretamente no SI (mas não existe uma ação do governo nacional especificamente ao fomento das atividades informais, de uma maneira geral, no país; existe somente algumas ações localizadas – no nível federal, estadual e municipal). Nesse contexto, podem ser relacionadas algumas políticas ativas e passivas para o mercado nacional.

### **3.1 A ZONA DE LIVRE COMÉRCIO DE MACAPÁ E SANTANA, O FLUXO MIGRATORIO E TRABALHO INFORMAL NA CIDADE DE MACAPÁ**

Podemos observar várias ondas migratórias para o Estado do Amapá, primeiro com a implantação dos grandes projetos de exploração mineral e programas de urbanização para áreas do entorno, como instalação da Indústria e Comércio de Minério S/A – ICOMI na década de 40, a implantação do Projeto Jarí, na década de 60 a 80. Depois com a transformação do Território Federal do Amapá em estado com a promulgação da Constituição de 1988 e a criação da área de Livre de Livre Comércio de Macapá e Santana – ALCMS em 1991 e posteriormente com a realização de concursos públicos organizados pelo Estado ainda em processo de estruturação, em menor escala. Sendo a criação da ALCMS a última grande etapa de crescimento populacional ocorrido no Amapá.

Segundo Leão (2010), esse grande fluxo migratório observado nesse período da criação e implementação da ALCMS, foram impulsionadas pelo Estado através de políticas de desenvolvimento. Essas pessoas migraram com maior proporção para Macapá e Santana, vindas principalmente das localidades do Pará e Maranhão, buscando oportunidades de emprego e ascensão social. Sendo que a maioria destes não encontrou nem emprego e nem terreno firme para habitar, e hoje vivem em condições de subemprego, habitando em áreas de rressaca. Tudo isso contribuiu ao longo dos anos para as inúmeras expressões de problemas sociais e habitacionais.

A área de livre comércio é um acordo, entre a União e todos os Estados brasileiros, em favor do Estado onde se situa a área de exceção. Ou seja, tanto a União como os Estados brasileiros renunciam parte de suas arrecadações tributárias, como forma de incentivar o crescimento e desenvolvimento dessa área. São benefícios fiscais concedidos pela União, tais como a isenção do IPI e do Imposto sobre Importação (nas importações), bem como a "alíquota zero" do PIS e da COFINS para os produtos destinados à ALCMS. Por sua vez, todos os Estados brasileiros, mediante convênio nacional, entraram em acordo de abrir mão do ICMS, para conceder isenção nas saídas das mercadorias destinadas a ALCMS. Com mais

de vinte e cinco anos da sua criação, a ALCMS na economia do Estado do Amapá é de suma importância o comércio evoluiu de forma vertiginosa. Com o crescimento do volume dos negócios, os comerciantes tiveram de investir tanto na qualidade de seus produtos quanto na estrutura de suas lojas.

No entanto a crise econômica que atinge o Brasil tem afetado não só a macroeconomia do país, mas também a vida privada de muitos brasileiros, a população precisou adaptar as contas para a realidade financeira, os últimos anos não foram fáceis para o setor dos empregos no Brasil. Algumas empresas tentaram driblar a crise cortando despesas e até mesmo funcionários, mas algumas não resistiram e enfrentaram o pior: o fechamento.

[...] com o fechamento de várias empresas muitos dos que estavam desempregados encontraram saída na informalidade, desenvolvendo suas atividades em lugares estratégicos da cidade. As ruas de Macapá tornaram-se locais de trabalho um dos meios de sobrevivência para diversos trabalhadores que recorrem às formas, mas antigas de trabalho como: as feiras, vendas de produtos feitos em casa, e nas ruas e praças da cidade, para assim garantir a sobrevivência.

### **3.2 O MERCADO INFORMAL NO CONTEXTO MACAPABA**

Ao todo foram entregues 23 espaços que vão compor a Praça de Alimentação, localizada no início da quadra 4 do Macapaba; 42 espaços para barracas da Feira Popular, que fica no final da quadra 7; e 18 vagas para empreendedores externos, que já possuem estrutura própria, como carrinhos de batata frita, totalizando 83 espaços comerciais. Os produtos que serão comercializados incluem hortifrutigranjeiros, açaí, farinha, pescado, artesanato, comidas típicas, entre outros gêneros alimentícios.

Em uma entrevista realizada pelo portal G1 da Rede Amazônica (2015) um dos moradores reclama; "A área é restrita para os moradores exercerem a atividade econômica, mas muitas pessoas vêm de fora, invadem o espaço e montam comércios, lanchonetes, entre outros pontos comerciais. Para fazer comércio tem que morar aqui e ter a autorização do governo, como está expresso no contrato que assinamos. Mas poucas pessoas se cadastraram e por isso eles vieram".

Moradores do Macapaba e que estão com bancas na Feira Popular, denunciaram à equipe de reportagem do jornal Tribuna Amapaense o descaso com a estrutura da feira. A reportagem observou 'in loco' que de fato, as bancas ofertadas aos feirantes não têm capacidade de atender a prestação de serviços. Além de mal planejada e inadequada, não há

local apropriado para acondicionar o peixe e hortifrutigranjeiros, faltam banheiro, só existe uma pia para cada duas barracas. Os empreendedores populares são obrigados a transformar os apartamentos em depósitos e diariamente trazer as mercadorias. Essa situação demonstra que terão problemas de higiene e de prejuízos com a perda dos produtos mal acondicionados.

Os feirantes peixeiro têm de subir e descer as escadas dos seus apartamentos todos os dias com o seu produto. Quando apenas um bom reservatório resolveria o problema. Segundo os trabalhadores da feira, os próprios moradores não dão preferência aos produtos ali vendidos “é inadmissível saber que os moradores têm de ir fora do conjunto para comprar peixe sabendo que já existe uma feira de pescado lá dentro”, reclamou um feirante.

Outra situação difícil é em relação aos feirantes que comercializam hortifrutigranjeiros, eles estão trabalhando de maneira improvisada, pois não foram construídas barracas adequadas para essa atividade comercial. Eles alegam ainda que não querem causar transtornos a ninguém, querem apenas a formalização e a permanência no local para que possam ganhar seu dinheiro.

Figura 5 - Ponto de venda fora da área da Feira Popular



Foto: Mailson Lamarão. (2017)

O clamor coletivo por parte desses trabalhadores do Macapaba é que os poderes públicos terminem o que começaram, e que possibilitem o bom funcionamento das duas feiras.

Já o terceiro momento de implantação da área comercial do Macapaba será licitado para empreendimentos de médio porte como a instalação de supermercados, distribuidoras e sapatarias. Estes espaços serão disponibilizados por meio de concorrência pública.

Para isso, o Governo do Amapá terá de preparar um projeto de lei que autorize e encaminhá-lo para aprovação da Assembléia Legislativa. Só então, será elaborado o edital de concorrência pública que vai reger todo o procedimento, no qual incluirá o contrato de venda aos interessados e construção dos empreendimentos.

Mas o que se observa é que os comerciantes de médio porte já estão se instalando na fronteira do conjunto Cidade de Macapaba com o Jardim Amazonas, que estão separados por uma simples cerca de arame farpado. O que tem construído em alvenaria são lojas, padarias, farmácias, mini-boxes, enfim, a concorrência já se fixou antes dos que deverão atuar legalmente dentro do conjunto.

Um dos primeiros problemas surgidos foi com referência ao cadastramento. De acordo com denúncias à justiça federal; a segunda parte da obra está suspensa, e a entrega dos apartamentos a pedido do Juiz Federal João Bôsco que aceitou ações judiciais de que estava sendo manipulado o cadastro e que a situação dentro do Macapaba é uma farsa e muitos ficaram sem casas para que fossem dadas a funcionários públicos. “Os pobres que deveriam vir para cá, foram retirados e no lugar foram colocados funcionários do governo. É claro que aqui no conjunto tem muita gente que precisa e que foi contemplada, porém, há também muitos que não precisam de absolutamente nada e que estão morando aqui. No sábado e no domingo essas ruas ficam cheias de carros de luxo”. Denuncia morador que não quis se identificar.

Além do mais, existem moradores com quatro apartamentos e que não residem no local. “Temos beneficiados com quatro apartamentos e que mobiliaram apenas para dar aparência de ocupado”.

### **3.3 A DINÂMICA DO MERCADO DE TRABALHO NO INTERIOR DO SISTEMA CAPITALISTA**

Há uma grande força do trabalho informal no residencial Macapaba de formas perceptíveis dentro das necessidades econômicas, a falta de trabalho no mercado formal, despertou a necessidade de alguns moradores de desenvolver algum tipo de atividade para a manutenção econômica de suas famílias.

O conhecimento dos elementos que constituem o mercado de trabalho é essencial para que se possa, de acordo com o objetivo geral deste estudo, compreender a estrutura de funcionamento do mercado de trabalho informal. (SENA, 2002, p.33).



Segundo Miranda e Silva (2017, p.29):

O debate em torno da Informalidade esteve marcado pela sua dificuldade conceitual, principalmente quando há a tentativa de formular conceitos e princípios gerais para compará-la em diferentes países, regiões ou estados, com o avanço dos debates foi-se englobando diferentes traços, informações e características que resultou em mudanças em seu sentido e o modo de como abordá-la e tratá-la, na visão do poder público e de certas instituições que se envolvem na temática, houve alteração em relação às medidas a serem tomadas sobre a informalidade.

Dessa maneira, o SI tem de ser analisado como um tipo de estratégia utilizada tanto pelos trabalhadores como pelo capital para se produzir, sendo que as atividades informais não podem ser vistas simplesmente como responsáveis por uma concorrência desleal para com as atividades formais.

Usaremos as siglas SF e SI para definir as formas de trabalho, Sistema Formal e Sistema Informal. O conceito de SF é a forma de trabalho legal constituída com direitos e valores de acordo com a CLT (Consolidação das Leis de Trabalho).

Segundo Goulart e Villatore (2008, p.7):

O conceito em si revela que empregado, perante a Lei, é toda pessoa que trabalha mediante subordinação jurídica, ou seja, não possui liberdade, dentro do contrato de trabalho, de dirigir a prestação pessoal do serviço. Ao assumir essa posição, o trabalhador consente que deverá seguir as ordens e comandos técnicos do seu empregador e este, por sua vez, em troca, pagar-lhe-á uma remuneração.

Quanto ao Sistema Informal reside nos inúmeros conceitos existentes que procuram definir esse conjunto de atividades que são desempenhadas pelos agentes econômicos no interior do sistema capitalista. No entanto, segundo Sena (2002, p.42):

[...] a grande quantidade de atividades desenvolvidas no SI bem como a sua diversidade qualitativa dificultam a elaboração de um único conceito, fazendo com que em geral grande parte das tentativas de definições desse setor terminem privilegiando apenas um aspecto das atividades produtivas informais, o que causa, muitas vezes, a generalização de conceitos que estão muito distantes da realidade do SI.

Os princípios operacionais do SI têm mostrado que ele segue a mesma lógica de mercado que a economia formal, sendo que as atividades informais não são tradicionais em

suas praticas nem em seus produtos ou serviços, com exceção das unidades de produção que possuem um nível muito baixo de capital.

Contudo os princípios operacionais do SI apresentam também diferenças em relação ao do SF. A vantagem principal das atividades do SI está na sua flexibilidade, na rápida capacidade de adaptação do seu trabalho, produtos ou serviços para preencher novos nichos de mercado (isso ocorre principalmente no caso das pequenas empresas informais, podendo ser estendida para o SF como um todo).

Nesse sentido, o SI está ligado á dinâmica de desenvolvimento do SF, não podendo ser analisado de forma separada e como uma estrutura oposta (relação dualista) ao SF (SENA, 2002, p.46).

A importância corrente da economia informal é em parte, uma resposta à regulação estatal e ao caráter burocrático das corporações internacionais que controlam a economia privada (caso dos países em desenvolvimento).

A economia informal promove uma entrada mais fácil no mercado de trabalho para os trabalhadores, mas em geral, são pagos salários mais baixos quando comparados ao SF, sendo as atividades informais encaradas muitas vezes como estratégias de sobrevivência para os trabalhadores, principalmente nos países em desenvolvimento.

Nesse contexto é importante ressaltar que as atividades informais desenvolvidas pelos moradores do residencial Macapaba apresentam também determinadas características específicas para se adequarem as diferentes formações sociais.

#### **4 A CERCA DAS PROPOSTAS REFERENTES AO COMÉRCIO.**

Em audiência pública realizada, no prédio da Justiça Federal, na Zona Norte de Macapá, foi discutida a criação de uma área comercial no conjunto Macapaba, inaugurado em 2014. A Secretaria de Infraestrutura do Estado (SEINF) ficou responsável por criar e encabeçar o projeto básico de empreendedorismo do Macapaba. A área em questão seria toda loteada e oferecida à iniciativa privada e instituições que desenvolvem cursos de capacitação profissional como os serviços nacionais de aprendizagem comercial (SENAC) e industrial (SENAI).

“O projeto pode contemplar uma área para treinamento. Sabemos que tem muito jovens envolvidos com violência por falta de oportunidade lá. Se você der um treinamento

para um jovem desses, você está facilitando a inserção dele no mercado de trabalho”, destacou o Juiz Federal João Bosco Soares, que conduziu a audiência. A ideia é lotear os espaços e colocá-los à venda para a iniciativa privada. No local, serão instaladas duas feiras e um supermercado. “O objetivo é vender a área comercial para um grande supermercado e para outros seguimentos comerciais”, enfatizou o magistrado.

Na ocasião, um grupo de trabalho foi criado envolvendo a SEINF, SENAI, Advocacia Geral da União (AGU), Caixa Econômica Federal, vigilâncias sanitárias do Estado e de Macapá, Secretaria de Empreendedorismo Trabalho e Emprego (SETE), Federação do Comércio (FECOMÉRCIO), Corregedoria Geral do Estado (CGE), e um dos síndicos do conjunto.

Figura 6 - A audiência reuniu técnicos e comerciantes.



Foto: André Silva (2016).

Atualmente, os comerciantes utilizam as áreas de forma desordenada ocupando calçadas e jardins do conjunto. Há alguns meses, um dos estabelecimentos pegou fogo ocasionado por um curto circuito.

O projeto será apresentado no dia 6 de março de 2017, às 10h, na sala de audiência da 2ª Vara Cível da Justiça Federal do Amapá, na Zona Norte. Após essa etapa, começará o processo de licitação da empresa que irá executar a obra.

#### **4.1 EXPERIÊNCIAS DE TRABALHO INFORMAL**

Em um primeiro momento, é importante mostrar que os elementos considerados negativos por quem não está trabalhando diretamente com essas atividades informais, como a questão de estruturas precárias, fazem parte da lógica e do funcionamento do comércio nessa

localidade. Nesse sentido, as dificuldades não podem ser consideradas inteiramente um entrave, ao contrario, elas fazem parte da sua “organização”.

Algumas das dificuldades encontradas pelos trabalhadores locais para maior investimento em infraestrutura, que além de uma maior organização e conforto, possibilitaria o aumento de clientes, é a constante ameaça pela possível perda dos “pontos de trabalho” e a apreensão das mercadorias por parte da fiscalização,

Dessa maneira, as características identificadas, que em um primeiro momento podem parecer contraditórias dentro da estrutura de funcionamento do comércio local, na realidade fazem parte da sua dinâmica e permite o desenvolvimento dessas atividades que preenche os espaços deixados pelos segmentos formais e/ou complementam a renda dos que possuem trabalho formal assalariado.

Figura 7 - Corredor econômico das vendas



Foto: Mailson Lamarão (2017)

Existem casos de trabalhadores que tem outras fontes de renda, mas também desenvolvem atividades informais. Como é o caso da Dona Regina Célia que possui um empreendimento de vendas de roupas novas e usadas. “Não, não é a única renda, isso é um complemento de renda né? Porque a crise tá muito grande e não tem como a gente ficar só com o que tem né? Ganha pouco”, afirma a mesma.

Entretanto, durante a pesquisa observou-se que grande parte dos entrevistados tem a atividade informal como sua única fonte de renda.

Notou-se também que a falta de perspectiva de crescimento profissional e o difícil acesso as demais áreas da cidade com mais ofertas de empregos formais contribuem para que muitos moradores optem pelo SI, buscando melhor condição financeira e qualidade de vida.

A minha é a única fonte de renda, não ganho bolsas, não sou beneficiário de bolsa nenhuma, minha única renda é o meu breshopping é assim que eu chamo breshopping, não tenho outra renda aqui no Macapaba. Foi a forma que eu encontrei de ganhar... de me sustentar... eu tive essa idéia, aí a gente se juntou, eu e ela, minha irmã, a gente colocou isso aqui. (Telma Mira- vendedora informal, 43 anos, 2017)

De acordo com a fala de Dona Telma Mira, nota-se que a idéia de ser atuante no mercado informal também surge do desemprego e falta de auxílio governamental (amparo social) são alguns dos motivadores para a inserção no mercado informal como forma de subsídio financeiro.

Assim como a Dona Raely, que trabalha informalmente como manicure em um salão de beleza, e diz que: “É daqui que a gente tira o nosso sustento, é que a gente está conseguindo sobreviver, porque fica difícil né?”. Também o Senhor Nelson de Jesus Costa, vendedor de peixe, farinha, camarão e pimenta: “É só, toda minha fonte de renda é daqui dessa vendinha de peixe que eu tenho”

Com as visitas e entrevistas foi possível observar que independente das outras fontes de renda, muitos aderiram às atividades informais para obter melhores condições de vida e aqueles que se dedicam apenas ao trabalho informal sentem a necessidade da prática como forma de sustento familiar.

## **4.2 IDENTIDADE E A SOCIALIZAÇÃO QUE O TRABALHO INFORMAL PROMOVE.**

No que tange ao comércio informal, o Residencial Macapaba promove uma grande interação social, dando a grande oportunidade das pessoas se conhecerem e trocarem informações de dentro e fora do ambiente de trabalho.

A construção das identidades profissionais e sociais dos trabalhadores aqui analisados pode ser pensada através das relações no ambiente de trabalho, domínio familiar, crenças e experiências primárias, disposições ligadas à trajetória social destes indivíduos. A identidade é fruto do processo de socialização, observado por Durkheim que constitui uma incorporação das maneiras de ser do indivíduo (visão de mundo), buscando focalizar uma característica

essencial da formação do mesmo (DUBAR, 2006, 2005). A socialização transforma os indivíduos isolados em formas específicas de ser com e para outro.

Segundo Dubar:

É pela análise dos “mundos” construídos mentalmente pelos indivíduos a partir de sua experiência social que o sociólogo pode reconstruir melhor as identidades típicas pertinentes em um campo social específico. Essas “representações ativas” estruturam os discursos dos indivíduos sobre suas práticas sociais “especializadas” graças ao domínio de um vocabulário, à interiorização de “receitas”, à incorporação de um programa, à aquisição de um saber legítimo que permita a um só tempo a elaboração de “estratégias práticas” e a afirmação de uma “identidade reconhecida”. (DUBAR 2005, p. 129)

No que tange a sociabilidade Simmel (2006) situa que ela estaria nas combinações de inúmeras maneiras divergentes de interagir em função de seus interesses. Para o autor: Toda sociabilidade é um símbolo da vida quando esta surge no fluxo de um jogo prazeroso e fácil. Porém, é justamente um símbolo da vida cuja imagem se modifica até o ponto em que a distância em relação a vida o exige. Da mesma maneira, para não se mostrar vazia e mentirosa, a arte mais livre, fantástica e distante da cópia de qualquer realidade se nutre de uma relação profunda e fiel com a realidade. (SIMMEL, 2006.)

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O desemprego é presença marcante na sociedade brasileira, mais intensa em algumas cidades e regiões, no estado do Amapá especificamente podemos sentir os desdobramentos do desemprego e crescimento populacional na expansão da informalidade, como no Residencial Macapaba em Macapá, que ao mesmo tempo é resultado da crescente flexibilização do trabalho e prejuízo parcial dos direitos trabalhistas, onde notamos a cada dia a presença dos trabalhadores ambulantes pelas ruas, o que nos despertou interesse e curiosidade acerca do tema informalidade no Residencial Macapaba, a criação da Feira Popular como expressão da necessidade de fonte de renda, foi escolhido como objeto de estudo do presente trabalho.

A Feira Popular surgiu como uma solução para os trabalhadores que não foram absorvidos pelo trabalho formal, porém o que se percebe é que essa ação não obteve a eficácia necessária haja vista que com o passar do tempo a mesma estrutura se deteriora deixando-os ao desordenamento, obrigando os trabalhadores a ocupar novos espaços para as suas atividades.

A pesquisa de campo mostra que o um dos objetivos que levaram os trabalhadores informais a exercer as atividades de comércio foi à necessidade econômica e financeira para conseguir melhores condições de vida e sustento, uma vez que, não houve políticas públicas para dar suporte aos pequenos empreendedores agraciados com os apartamentos do Residencial Macapaba.

Outra questão observada ao decorrer do trabalho foram os benefícios e malefícios no enquanto trabalhador informal, sendo que muitos acreditam que as atividades exercidas, são essenciais para a manutenção econômica, observa-se ainda que o que há de maléfico é a falta de organização física e um planejamento adequado para que esses trabalhadores possam desenvolver com dignidade as suas atividades.

Podemos concluir, que apesar dos esforços do Governo do Estado, este modelo de como tratar a questão da economia informal local, não é a melhor opção, enquanto não houver um modelo ideal de gestão econômica, o número de trabalhadores nas dependências do Residencial Macapaba se eleva em velocidade impressionante, o que mostra a impossibilidade de se construir vários espaços para acomodar todos esses trabalhadores. É uma questão muito mais profunda, que envolve processos sociais de inclusão de massas de trabalhadores em um sistema de economia.

Em consequência dos fatos mencionados anteriormente, até o momento os trabalhadores ainda encontram-se dispersos na Feira Popular e nos arredores do Residencial, onde trabalham diariamente apesar das adversidades encontradas ao longo dos anos e ainda lutam por melhores condições de trabalho enquanto aguardam o projeto básico de empreendedorismo do Macapaba.

## REFERÊNCIAS

DUBAR, Claude. **A construção de si pela atividade de trabalho: a socialização profissional.** Cadernos de Pesquisa v.42 n.146 p.351-367. maio/ago. 2012

G1 AMAPÁ. **Desabrigados receberam imóveis em conjunto habitacional de Macapá.** Disponível em: <<http://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2013/10/desabrigados-receberao-imoveis-em-conjuntos-habitacionais-de-macapaba.html>>. Acesso em: 15/09/2017

G1 AMAPÁ. **Moradores do Macapaba no Amapá denunciam comércio irregular.** Disponível em: <<http://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2015/04/moradores-do-macapaba-no-amapa-denunciam-comercio-irregular.html>>. Acesso em: 17/09/2017

G1 AMAPÁ. **No conjunto Macapaba comerciantes invadem lotes para construir empreendimentos irregulares.** Disponível em: <<http://g1.globo.com/ap/amapa/amapa-tv/videos/v/no-conunto-macapaba-comerciantes-invadem-lotes-para-construir-empreendimentos-irregulares/4110964/>>. Acesso em: 15/09/2017.

LEÃO, Richard D. C. **Os Camelôs e Ambulantes da cidade de Macapá (AP): contribuições sociológicas para os estudos sobre o Mercado Informal.** Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). 2009. 126 f. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Pará. Universidade Federal do Pará, Belém, 2010.

\_\_\_\_\_. Os Camelôs e Ambulantes da cidade de Macapá (AP): contribuições sociológicas para os estudos sobre o Mercado de Trabalho Informal (1991-2009). Anais eletrônicos da 40ª Reunião Anual da ANPOCS. Caxambú (MG): ANPOCS, 2016. Disponível em: <<http://anpocs.org/index.php/papers-40-encontro/st-10/st343/10548-os-camelos-e-ambulantes-da-cidade-de-macapa-ap-contribuicoes-aosestudos-sociologicos-sobre-o-mercado-de-trabalho-informal-1991-2009/file>>. Acesso em: 10/01/2018.

LIMA FILHO, Francisco. **Proteção ao trabalhador juridicamente autônomo e economicamente dependente.** 2007. Disponível em: <<http://www.migalhas.com.br/dePeso/16,MI47623,81042-Protacao+ao+trabalhador+juridicamente+autonomo+e+economicamente>>. Acesso em: 17/09/2017.

LOUFTI, Martha. **Configuración y postulados básicos del trabajo por cuenta propia en Europa.** Revista Internacional del Trabajo, Genebra, v. 113, nº 5-6, p. 767-787, 1994.

Fortunato Goulart, Rodrigo; Antônio Cersar Villatore, Marco. **Proteção ao trabalhador economicamente dependente: \*propostas para um novo contrato de trabalho,** p. 7, 2008. Disponível em: <[www.publicadireito.com.br/conpedi/manaus/arquivos/anais/brasil/10\\_188.pdf](http://www.publicadireito.com.br/conpedi/manaus/arquivos/anais/brasil/10_188.pdf)>. Acesso em: 17/09/2017

MIRANDA, Dioniclei da Silva e SILVA, Marjorie Ingrid de Castro. **“Feirão Popular” na Área central de Macapá: Histórico, Informalidade e Relações de Trabalho.**

ROBERTS, Bryan. **Informal economy and family strategies.** International Journal of Urban and Regional Research. Blackwell Publishers – Oxford UK and Cambridge USA, v. 18, nº 1, p. 6-23, mar. 1994.

SELES NAFES. **Macapaba terá área comercial, supermercado e centro de treinamento.** Disponível em: <<https://selesnafes.com/2016/12/macapaba-tera-area-comercial-supermercado-e-centro-de-treinamento/>> Acesso em: 15/09/2017

SENA, Ana Laura. **Trabalho Informal nas Ruas e Praças de Belém: Estudo sobre o comércio ambulante de produtos alimentícios.** Prêmio NAEA de Teses e Dissertações. Belém: NAEA, 2002.

TRIBUNA AMAPAENSE. **Cidade Macapaba.** Disponível em: <<https://tribunaamapaense.blogspot.com.br/2014/11/cidade-macapaba.html>>. Acesso em: 17/09/2017.



## APÊNDICES

Entrevistas:

Rodrigo Lopes dos Santos

Serviço de Serralheria

Tempo de serviço 2 anos

Única fonte de renda

Morador do próprio residencial

Ana Cláudia de Souza Bahia

41 anos

Venda de novos e usados (roupas) e água mineral

Moradora do próprio residencial

Única fonte de renda

Sergio Oliveira

Venda de peixe

Morador do próprio residencial

2 anos de serviço

Única fonte de renda

Keila Albuquerque

Salão de beleza

2 anos de serviço

Fonte de renda do serviço e benefício da filha (por ser cadeirante)

Moradora do próprio residencial

Ariane da Silva Furtado

Venda de Açaí

2 Anos de serviço

Única fonte de renda

Mora ao redor do residencial

Marquezan

32 anos

Minibox

2 anos de Serviço

Única fonte de renda

Morador do próprio residencial

Ana

Venda de Marmitex

2 meses de serviço

Única fonte de renda

Moradora do próprio residencial

Telma Mira e Joseane Mira

46 e 37 anos

Venda de novos e usados (Roupas)

2 anos de serviço

“A minha é a única fonte de renda, não ganho bolsas, não sou beneficiário de bolsa nenhuma, minha única renda é o meu breshopping é assim que eu chamo breshopping, não tenho outra renda aqui no Macapaba. Foi a forma que eu encontrei de ganhar... de me sustentar... eu tive essa idéia, ai a gente se juntou, eu e ela, minha irmã, a gente colocou isso aqui”

Raely

8 meses de serviço

Cabeleireira e Manicure

Moradora do próprio residencial

Única fonte de renda

“É daqui que a gente tira o nosso sustento, é que a gente está conseguindo sobreviver, porque fica difícil né?”.

Nelson de Jesus Costa

Venda de peixe, farinha, camarão e molho de pimenta

1 ano e 6 meses

Única fonte de renda

“É só, toda minha fonte de renda é daqui dessa vendinha de peixe que eu tenho”